Eleições e tropas

MARCO AURÉLIO DE MELLO

Nos próximos dias, o Brasil realizará eleições municipais. O evento visará à concretização do mandamento da Constituição da República "todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição". A República Federativa do Brasil, constituída em Estado democrático de direito, está lastreada em princípios específicos, dos quais se destaca a cidadania. Sim, a democracia é construção de todos. Cidadãos dos mais longínquos recônditos do Brasil participarão do pleito. No âmbito do pluralismo político, despontam os partidos, que representam os mais diversos segmentos da sociedade.

Requer-se da sociedade a participação plena no mundo das idéias e dos ideais, sendo salutar, assim, a competitividade. Nesse contexto, pode-se afirmar o compromisso dos cidadãos, de cada um dos brasileiros, com a estrita observância dos fundamentos próprios de um momento de absoluta normalidade democrática, afastadas, por completo, óticas baseadas em concepções autoritárias. Pela participação do povo na escolha de seus representantes revelam-se as forças políticas vivas do país. Esse é o clima a prevalecer em todo Estado que almeje a qualificação de democrático de direito.

Os cidadãos, convidados ao comparecimento às urnas, fazem-se presentes quer como eleitores quer como candidatos, e, com isso, exercem, na plenitude, esse direito inerente à cidadania e que é o de se manifestarem, sob o sigilo do voto, quanto aos destinos nacionais.

A data das eleições é designada para o exercício pleno, embora indireto, da formação e do controle dos poderes públicos. Forças políticas distintas concorrem no pleito, objetivando o maior equilíbrio social, afigurando-se, assim, benfazejas aos diferentes perfis ideológicos. Por isso mesmo, há pouco declarei publicamente serem as eleições uma festa cívica.

Conscientes devem estar todos os brasileiros da importância do seu voto.

Individual e comum a todos os cidadãos, o voto tem um significado ímpar na e para a democracia, cobrando-se deles, por isso, a máxima sensibilidade política possível.

As fases do processo eleitoral buscam, acima de tudo, o indispensável esclarecimento do cidadão. As características dos candidatos e, mais ainda, as dos partidos que respaldam a caminhada ganham publicidade inigualável. Tudo ocorre com o objetivo único de revelarem suas concepções, seus pensamentos voltados à prática dos cargos em prol do bem social.

Digo mesmo que, no contexto da organização do Estado, nada se equipara a uma eleição. Daí a certeza de que os espíritos orientam-se para um fim único: o aprimoramento, por sua natureza, inesgotável, da democracia. Presume-se estarem os cidadãos cientes da responsabilidade política do ato para o qual são convocados.

A república do Brasil, em sua formação federativa, compõe-se da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Se, de um lado, sobressai a União, por ser detentora da soberania, de outro, mister é reconhecer que aos estados assiste autonomia para a sua organização governamental e legislativa. A razão dessa ênfase está em notícias atualmente veiculadas sobre reivindicações de alguns tribunais regionais eleitorais no sentido de contarem, em 3 de outubro próximo, com a participação direta das Forças Armadas para "garantir o pleito".

Ninguém desconhece o papel importantíssimo reservado, constitucionalmente, às Forças Armadas. São elas "instituições nacionais permanentes... e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer deles, da lei e da ordem", que merecem o respeito e a confiança de todos. Não obstante, quem "garante o pleito" é o próprio cidadão.

As Forças Armadas podem ser de grande auxílio para "apoiar a realização do pleito", quando e onde tanto se fizer necessário.

Em quadro de normalidade democrática, cumpre indagar: realizando-se um evento inerente à soberania popular, como o é um pleito eleitoral, cabe a participação das Forças Armadas sempre e para "garantir o pleito"? A resposta parece negativa, na generalidade dos estados e dos municípios.

A Constituição-cidadã de 1988 estabelece que a segurança pública é de responsabilidade de toda a sociedade, viabilizando-se, entre outros órgãos, pela atuação das polícias civil e militar.

Por isso mesmo, há de se ter presente que a segurança das eleições corre, inicialmente, à conta das citadas polícias estaduais, devendo a Justiça Eleitoral verificar, em cada demanda, a situação especial questionada.

O Tribunal Superior Eleitoral age em idêntica orientação, no sentido de que "onde houver garantia normal de ordem, pela polícia local, não se fará requisição de força federal".

Não se esquivará, por certo, de acolher pedidos formulados a partir de situações concretas, que exijam, de algum modo, a cooperação sempre eficiente das Forças Armadas.

Crises, como a que se nota no estado de Alagoas, por exemplo, bem como necessidades ditadas pelas condições do território brasileiro, serão apreciadas e solucionadas, sem se perder de vista o fato confortador de que teremos, em 3 de outubro próximo, não um conflito social, mas um congraçamento político dos cidadãos unidos democraticamente para a escolha, livre, de seus representantes municipais.

Constrói-se uma verdadeira democracia a partir do respeito a normas básicas, especialmente as constitucionais e, nessa empreitada política, todos são fraternalmente responsáveis.

É essa a imagem a ser passada à comunidade internacional, preservando-se o prestígio já alcançado pelo atual momento democrático brasileiro.

MARCO AURÉLIO DE MELLO *é ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do Tribunal Superior Eleitoral.*

Pela ética dos números

SIMON SCHWARTZMAN

Em artigo bem-humorado, o presidente José Sarney critica os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, diz que os números não podem ser "moça falada" e propõe uma campanha para a ética dos números. Quero ser o primeiro a me alistar nesta campanha, que é de interesse de todo o país e necessária para defender a reputação das moças e moços do IBGE que se dedicam com afinco a dar ao Brasil as informações de que necessitamos para nos conhecermos e podermos construir um futuro melhor para todos.

Mesmo as moças mais recatadas ficam mal faladas se são acusadas injustamente, e por pessoas de responsabilidade, por coisas que não fizeram. Não é verdade, me desculpe o senador Sarney, que a Fundação Getúlio Vargas (instituição à qual tenho orgulho de pertencer e para onde pretendo voltar quando sair do IBGE) "não concordou e botou a boca no trombone" em relação aos dados da Pnad.

O que ocorreu foi que na semana que passou um professor da Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas levantou uma polêmica a respeito das estimativas do Ipea relativas ao Produto Interno Bruto dos estados brasileiros. Não foi uma posição da Fundação Getúlio Vargas, e não tinha nada a ver com os dados da Pnad publicados também na semana passada.

Por coincidência, acabo de vir de uma reunião organizada pelo Bureau of Economic Analysis do Departamento de Comércio dos Estados Unidos e pelo Instituto Internacional de Estatística exatamente sobre a precisão, a presteza e a relevância das estatísticas econômicas, e mais especialmente dos cálculos do Produto Interno Bruto e de outras informações que fazem parte dos sistemas de contas nacionais. Um dos temas centrais da reunião foi a dificuldade em elaborar cálculos sobre o produto nacional de países, mesmo os mais desenvolvidos, em uma economia cada vez mais globalizada e com um peso crescente de transações econômicas "intangíveis". Se países independentes têm dificuldades em caracterizar seu produto nacional, o problema ainda é maior para Estados totalmente integrados em uma economia nacional, como é o nosso caso.

Não é de se admirar que diferentes analistas possam produzir resultados distintos. O importante é entender o que cada um está fazendo e juntar esforços para que tenhamos informações cada vez mais fidedignas, detalhadas e em tempo oportuno. O IBGE está trabalhando para melhorar cada vez mais seu sistema de contas nacionais, adotando a nova sistemática internacional recomendada pelas Nações Unidas em 1993, fazendo uso da assistência técnica do Statistics Canada, uma das instituições de melhor reputação internacional neste campo, e convidando todos os setores interessados, produtores e usuários destas informações, a colaborar com o instituto neste trabalho.

Nada disto, no entanto, tem a ver com a Pnad. A Pnad é reconhecida internacionalmente como uma pesquisa de excelente qualidade e uma das poucas críticas que tem recebido é que a sua amostra, de cerca de cem mil domicílios ou 300 mil pessoas, talvez seja grande demais. Mas o IBGE considera que esta amostra é necessária para garantir a representatividade dos dados ao nível dos diversos estados e regiões do país (imagino que o senador Sarney nada tenha contra o método amostral, instrumento fundamental das ciências estatísticas e utilizado por todos os institutos de pesquisa em todo o mundo).

Além das tabulações usuais, publicadas este ano em tempo recorde na Internet, o IBGE está colocando toda a base de dados das Pnads de 1992, 1993 e 1995 à disposição dos pesquisadores que queiram fazer suas próprias tabulações, assim como as informações técnicas necessárias para estas análises. Isto está sendo feito, primeiro, porque a riqueza de informações desta pesquisa é tanta que o IBGE, sozinho, não teria como avaliá-la em toda sua amplitude; e depois pelo respeito a um dos princípios básicos no trabalho de consolidação da ética dos números, que é o de dar transparência aos procedimentos pelos quais os dados são obtidos e processados.

Uma outra maneira de avaliar a reputação das moças é acompanhar o seu comportamento, e neste sentido a Pnad de 1995 não discrepa das anteriores. Os bons resultados observados em 1995, em relação a 1993, são parecidos com os observados em 1986 em relação ao ano anterior. Então como agora, o IBGE constatava o impacto positivo da estabilização da economia sobre a renda da população. As melhorias que a Pnad de 1995 constata em uma série de indicadores na área da educação, acesso a serviços públicos, saúde etc., vêm ocorrendo ao longo de vários anos. E, infelizmente, a Pnad de 1995 continua identificando uma série de problemas extremamente sérios, entre os quais os grandes níveis de desigualdade da renda entre regiões e grupos sociais, e as carências ainda extremamente altas em uma série de indicadores de riqueza e bem-estar social.

Os números, em si mesmos, não são nem mentirosos nem verdadeiros. Como bem mostra o senador Sarney, eles podem ser objeto de manipulação, como também de tentativas de desqualificação. A defesa da reputação dos números depende, por um lado, de que os responsáveis pela sua produção trabalhem com autonomia, competência técnica, com os meios adequados e de forma transparente, deixando claro seu alcance e suas limitações; e de outro, que as pessoas responsáveis pela formação da opinião pública — políticos, jornalistas, intelectuais — procurem se informar melhor a respeito de como os números são produzidos, o que significam e a importância que têm.

Números são sempre aproximações, mas nem por isto menos úteis e importantes se entendidos de forma adequada. A campanha pela ética dos números é, sobretudo, uma campanha de educação e esclarecimento, e é bom poder contar com o senador José Sarney do nosso lado.

SIMON SCHWARTZMAN *é presidente do IBGE.*

A pequena empresa no Plano Real

MAURO DURANTE

Alguns movimentos recentes do Governo federal anunciam novos tempos para o Plano Real. Ou, se preferirem, sua complementação por medidas igualmente estruturadoras da economia, em busca do desenvolvimento econômico e da justiça social — sem o que o fim da inflação, por si mesmo, pouco significaria.

Foram dessa natureza os ambiciosos programas de investimento recentemente anunciados, a serem implementados pelo setor público e pela iniciativa privada, nesse caso em função de indução e estímulos governamentais.

Também é indício dos novos tempos o posicionamento adotado pelo Executivo, a partir de pronunciamento do próprio presidente Fernando Henrique Cardoso em favor da micro e pequena empresa.

Os ministros da Fazenda, da Indústria, do Comércio e do Turismo e do Planejamento sintonizam-se nessa nova postura, sedimentando-a. Isso é motivo de esperança para todo o setor produtivo, em especial para as empresas de pequeno porte que têm papel preponderante entre as chamadas "forças sociais" da economia.

Um bom exemplo é a decisão do ministro Antônio Kandir de colocar o BNDES na vanguarda do apoio aos pequenos negócios. Fadada, com certeza, a profundas repercussões no macrossistema social brasileiro, a medida destina-lhes inicialmente R$ 500 milhões, sem dúvida um grande passo para atender a suas crescentes demandas de recursos para investimento e capital de giro.

A iniciativa significa também uma importante mudança nas práticas do BNDES, tradicionalmente voltado para os grandes empreendimentos desde a sua fundação, nos anos 50.

Agora direciona-se o nosso principal banco de investimentos para o suporte ao pequeno empreendedor. É este um caminho novo que o Sebrae orgulha-se de trilhar ao lado do BNDES, ajudando a superar as dificuldades das micro e pequenas empresas no oferecimento de garantias nas operações de crédito. A participação do Sebrae nesse processo faz-se por intermédio do Fundo de Aval, mecanismo criado pela instituição com o fim de garantir indispensável fluxo de recursos para pequenos empreendimentos viáveis tecnicamente que, no entanto, jamais sairiam do terreno das intenções sem financiamento e sem esse aval. Mas o novo posicionamento do BNDES, mercê da profunda sensibilidade social de seu presidente, Luiz Carlos Mendonça de Barros, não se limitou a isto. Tornando efetiva a meta preconizada pelo presidente da República de viabilizar-se em nosso país uma espécie de Banco do Povo e abrangendo uma faixa que o Sebrae esforçou-se para atender, sendo obstado por dispositivos da lei que o instituiu: as pessoas físicas. Em conjunto com o programa Comunidade Solidária e com o apoio decisivo do ministro Kandir, o BNDES colocou significativo volume de recursos à disposição das parcelas mais pobres e desassistidas; os informais, que nem sequer condições têm de contratar quaisquer operações oficiais de crédito para eles sempre complexas e inacessíveis, submetendo-os, via de regra, à ganância da agiotagem.

> Novos e fortes ventos sopram a favor da pequena empresa

Na mesma linha de ação coloca-se o ministro Francisco Dornelles, ao levantar a bandeira da flexibilização das normas trabalhistas para as micro e pequenas empresas, permitindo-lhes ampliar suas atividades e contribuir para a abertura de novos postos de trabalho. Essa posição, aliás, conta com o respaldo do ministro do Trabalho, Paulo Paiva, que em repetidas ocasiões tem-se manifestado sobre o assunto.

É certo que o tema requer análises cuidadosas, que considerem os benefícios econômicos esperados mas não esqueçam suas implicações sociais, para que não se venha a configurar um retrocesso no que tange aos direitos e garantias dos trabalhadores.

Outra iniciativa do ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, refere-se à concessão de vantagens às pequenas e microempresas para que possam melhor competir no mercado externo. Nos países desenvolvidos os pequenos negócios participam ativamente desse mercado, seja negociando diretamente com parceiros no exterior, seja fornecendo componentes e serviços a empresas exportadoras de maior porte. A inserção competitiva na economia mundial, sob todos os pontos de vista vital para o desenvolvimento do Brasil, não se fará sem essa participação.

Na mesma linha tem-se colocado o ministro Pedro Malan, cujas iniciativas em favor da renegociação dos débitos dos pequenos empresários já trouxeram grande alívio ao setor. No momento em que tramitam no Congresso Nacional os projetos de lei do Estatuto da Pequena Empresa e de reconhecimento de vantagens tributárias aos pequenos negócios, o posicionamento do ministro Malan, secundado pelos dirigentes dos órgãos vinculados ao Ministério da Fazenda interessados no tema — Receita Federal, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e outros — é de grande importância para que se aprovem medidas destinadas a promover o pequeno empreendedor e beneficiar a geração de empregos.

Indiscutivelmente, novos e fortes ventos sopram a favor da pequena empresa brasileira, prenunciadores de uma era luminosa para essa força da economia nacional que se pretende cada vez mais poderosa, a ser regulada por legislação adequada, moderna e avançada que Legislativo e Executivo hão de outorgar a uma sociedade empenhada na busca permanente de plena justiça social

MAURO DURANTE *é diretor-presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) nacional.*